

# PROTAGONISMO FEMININO NA AGRICULTURA AGROECOLÓGICA: ESTUDO DE UMA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL NO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

Gabriela Mariano Mendonça<sup>1</sup>  
Paulo Eduardo Moruzzi Marques<sup>2</sup>

**RESUMO:** A agricultura familiar reflete uma divisão histórica do gênero. No trabalho, a mulher concentra sua participação nos cultivos para subsistência, enquanto o homem se ocupa das grandes culturas, com as quais a família obtém sua renda. O assentamento Milton Santos foi construído como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), conforme as normas do INCRA, e também uma Comuna da Terra, tal como concebido pelo MST. Esta concepção se funda especialmente na perspectiva de produção orgânica e de proximidade do assentamento com os grandes centros consumidores. Efetivamente, desde sua implantação, existem importantes esforços no assentamento para a conversão para a agricultura orgânica e agroecológica. Nesta perspectiva, famílias assentadas se engajaram em iniciativas visando tornar suas produções em conformidade com as normas da produção orgânica, especialmente buscando o reconhecimento da qualidade orgânica via sistema participativo. É assim que, no assentamento, foram formalizadas três Organizações de Controle Social (OCS). Nossa pesquisa focaliza a OCS Terra Viva, formada majoritariamente por mulheres, com o objetivo de discutir em que medida a implantação deste dispositivo favorece o rompimento de práticas patriarcais, suscitando o protagonismo feminino. Para tal estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação participante. As mulheres consideradas na pesquisa rompem com seu lugar servil na família, levando para a esfera pública suas reivindicações e princípios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Trabalhadoras Rurais; Agricultura Familiar; Agroecologia Produção Orgânica.

<sup>1</sup>Mestranda no Programa de Pós Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (CENA-ESALQ/USP), Piracicaba, SP. E-mail: [gabriela.m.mendonca@gmail.com](mailto:gabriela.m.mendonca@gmail.com)  
<sup>2</sup>Professor Associado da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, ESALQ/USP e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada (CENA-ESALQ/USP). E-mail: [pmarques@usp.br](mailto:pmarques@usp.br)

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Trabalhadoras Rurais; Agricultura Familiar; Agroecologia Produção Orgânica.

**ABSTRACT:** Family farming reflects a historical division of the gender. At work, the woman concentrates her participation in the crops for subsistence, while the man takes care of the great cultures, with which the family obtains his income. The Milton Santos settlement was built as a Sustainable Development Project (PDS), according to INCRA standards, and also an “Comuna da Terra”, as created by the MST. This conception is based especially on the perspective of organic production and proximity of the settlement with the big consumer centers. Effectively, since its implementation, there are important efforts in the settlement for conversion to organic and agroecological agriculture. In this perspective, settled families engaged in initiatives aimed at making their productions in line with the norms of organic production, especially seeking the recognition of organic quality through a participatory system. This is how, in the settlement, three Social Control Organizations (OCS) were formalized. Our research focuses on the OCS Terra Viva, formed mostly by women, with the objective of discussing to what extent the implantation of this device favors the breaking of patriarchal practices, provoking female protagonism. For this study, interviews were conducted semi-structured and participant observation. The women considered in the research break with their servile place in the family, taking to the public sphere their claims and principles.

**Keywords:** Gender; Rural Workers; Family Agriculture; Agroecology; Organic Production.

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui uma categoria genérica, combinando a propriedade dos meios de produção e o trabalho da família. Assume grande diversidade de formas sociais, agrupando características contrapostas à grande produção (MELO, 2003).

A agricultura familiar se construiu sobre uma divisão do trabalho, na qual as mulheres foram historicamente associadas ao trabalho doméstico, atuando na criação de pequenos animais e na horta, ligadas à reprodução familiar. “[Estas funções] são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado como sendo verdadeiramente o

trabalho da mulher e esse entendimento também acontece no meio rural” (ARO; FERRANTE, 2013, p. 204).

Desta forma, um abismo de gênero se reforça, mantendo o trabalho da mulher “reduzido ou secundário” ao ajudar o homem, onde as decisões familiares são centralizadas no homem, ao qual a mulher foi, historicamente, nas sociedades modernas, subordinada, o que tende a torna invisível os esforços femininos. Nesta hierarquia produtiva, existe a “dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa e mãe” (ARO; FERRANTE, 2013, p. 204).

Neste quadro, independente da região brasileira, como salientado por Carneiro (1981), a mulher se consolida socialmente como “ajudante” dos processos de cultivo, pois normalmente realiza dupla jornada entre o trabalho na terra e o espaço doméstico, onde presta cuidado com as crianças.

Estas tarefas domésticas são construídas socialmente como funções da mulher, numa perspectiva de divisão do trabalho, que é examinada assim por Melo,

Com base nesta divisão do trabalho, ainda bastante atual, o homem parte para a esfera pública, para o mundo do trabalho em busca dos proventos para sustentar a família, enquanto que a mulher permanece no espaço privado da casa, ou seja, na esfera doméstica. No espaço do privado, a mulher atua como uma espécie de gestora do domicílio e também executora pois, cuida dos afazeres da casa, dos cuidados gerais dos filhos e do marido, caso possuam, e demais membros da família. É também a responsável pelo gerenciamento [...] dos recursos destinados ao ambiente doméstico (MELO, 2000, p. 5).

A propósito, como sugerem Ruas e Abramovay, “no meio rural, um indicador dessa invisibilidade é o elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 152).

Ademais, tais tarefas, que demandam muito tempo e dedicação da mulher, as distanciam de interação com a sociedade, tornando seu lugar limitado à esfera privada. Do outro lado, tradicionalmente, cabe ao homem o poder de manejar os recursos financeiros da família e consequentemente definir os investimentos nos processos produtivos.

Em uma sociedade em que o capitalismo e o patriarcado estão intimamente entrelaçados há uma hierarquização dos trabalhos, na qual o produtivo, em geral de domínio masculino, tem valor mercantil, gera troca monetária e reconhecimento social (MARONHAS; SCHOTTZ; CARDOSO, 2014, p. 3773).

Por outro lado, a emergência da perspectiva agroecológica oferece horizontes para uma emancipação feminina. Com efeito, diversos modelos de produção se desenvolveram nas últimas décadas enquanto “métodos e processos agrícolas que segundo eles [agricultores] são seguros e sustentáveis, trata-se de uma produção baseada na interação dinâmica entre solo, plantas, animais, pessoas, ecossistema e meio-ambiente (ALVES; SANTOS ; AZEVEDO, 2012, p. 20).

Como marco regulatório da agricultura orgânica, a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, menciona que a produção orgânica visa a oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminantes intencionais, a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais, o incremento da atividade biológica do solo, a promoção do uso saudáveis do solo, água e ar. Além destes objetivos desejáveis, trata-se de manter ou incrementar a fertilidade do solo, a reciclagem de resíduos de origem orgânica e a integridade orgânica em todas as etapas de produção (BRASIL, 2003).

Convém destacar aqui os incisos do artigo 1º desta lei, que destacam a relevância dos circuitos curtos de produção e consumo,

VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;

VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos (BRASIL, 2003).

O artigo 3º dispõe sobre a comercialização de produtos orgânicos, para os casos de venda,

“direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento” (BRASIL, 2003).

O Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, tem como proposta regular a referida lei. Assim, estabelece conceitos, diretrizes e disposições

gerais relacionadas à produção, comercialização, qualidade e insumos na produção orgânica (BRASIL, 2007). Neste decreto, cabe destacar a definição da Organização de Controle Social (OCS), focalizada neste artigo, apresentada em seu artigo 2º, inciso VIII, enquanto:

grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade (BRASIL, 2007).

No mesmo artigo, no inciso XVI, são definidos os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG):

conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa (BRASIL, 2007).

Para o reconhecimento da conformidade orgânica, foram estabelecidas três formas de garantia. A primeira ocorre através da certificação por auditoria, que demanda a contratação de auditores externo. As outras se referem aos SPG, nas quais os produtores se auto-certificam. A Organização de Controle Social (OCS) se inscreve nesta modalidade, fundada na venda direta “que acontece entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários” (BRASIL, 2008, p. 9).

A OCS é um mecanismo de garantia da qualidade orgânica especialmente desenvolvido para a agricultura familiar que comercializa diretamente a sua produção para os consumidores (MOREIRA et al., 2017, p. 7).

Assim, a Organização de Controle Social representa uma maneira de reconhecimento da conformidade orgânica baseado na confiança entre produtor e consumidor.

Nesta modalidade, o produtor também pode realizar a venda de seus produtos orgânicos para instituições públicas, via dispositivos de políticas

públicas tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entretanto, a OCS não permite ao agricultor comercializar seus produtos com o selo “Brasil Orgânico” (MOREIRA et al., 2017)

De toda maneira, a OCS demanda a participação ativa dos agricultores, técnicos de organizações de apoio e dos consumidores, “que realiza[m] o controle social como forma de garantir a qualidade da produção orgânica, a partir da organização dos próprios agricultores.” (MOREIRA et al., 2017, p. 9).

Rodrigo Machado Moreira e seus colaboradores destacam que o funcionamento da OCS “exige a articulação dos agricultores entre si. Exige, também, a sua interação com as outras pessoas envolvidas na produção, comercialização e assessoria técnica” (MOREIRA et al., 2017, p. 10).

O grupo de produtores de uma OCS pode se constituir em cooperativa ou associação. “Para que este grupo de produtores familiares seja reconhecido como OCS, é necessário que estejam organizados e possuam entre si uma relação de comprometimento e confiança” (EMATER, 2018).

Para o desenvolvimento das ações da OCS, é imprescindível a realização de “reuniões e atividades práticas de campo, que gerem o controle social” (Moreira *et al.*, 2017, p. 10). Desta maneira, trata-se de desenvolver a compreensão das normas de produção orgânica, de manter os registros da unidade de produção e de permitir a livre entrada à unidade de produção.

Para o cadastro de uma OCS, é necessário preparar os “formulários de solicitação de cadastro assinado, com dados de cada unidade de produção vinculada. Ademais, são solicitados o Termo de Compromisso com a Garantia da Qualidade Orgânica e a descrição do processo de controle social exercido sobre a produção e comercialização. Por fim, é necessário igualmente a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) individual de casa membro, que comprove a condição de agricultor/a familiar (MOREIRA et al., 2017, p. 12).

Assim efetivamente, a OCS valoriza relações de proximidade entre os atores sociais, fundando sua lógica em dimensões extra econômicas. Nesta linha, o reconhecimento de produção orgânica, via sistema participativo, tal como previsto com as Organizações de Controle Social (OCS), constitui um meio inovador de apoio à agricultura familiar.

O foco deste estudo se dirige às agricultoras da Organização de Controle Social (OCS) “Terra Viva” do assentamento Milton Santos, apoiadas pelo “Núcleo de Agroecologia Nheengatu” da ESALQ/USP. Trata-se de um grupo constituído majoritariamente por mulheres. O desenvolvimento

deste trabalho é norteado pelo seguinte questionamento: em que medida o amparo da OCS é efetivo para romper com o paradigma social e histórico do patriarcado, permitindo um protagonismo feminino?

Para nossos propósitos, considerando o processo histórico das relações de gênero, formulamos a hipótese segundo a qual o amparo da OCS favorece, em certas circunstâncias, o rompimento com o paradigma social do patriarcado, abrindo amplas margens para o protagonismo feminino. Convém assinalar que se trata de um efeito não previsto expressamente na concepção deste dispositivo. Porém, nossa suposição é que, ao participar das decisões de comercialização e produção com maior controle social e financeiro, a mulher adquire meios de fortalecer sua autonomia frente à sociedade.

A metodologia desenvolvida corresponde a pesquisa qualitativa que se funda em “significados, motivações, valores e crenças”. Estes últimos não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, tal como sugerem Boni e Quaresma (2005). Esta abordagem oferece indicadores pertinentes para a elaboração de respostas ao questionamento deste projeto.

Nosso estudo se fundou em grande medida em pesquisa ação. Segundo Tripp (2005), esta última segue um processo cíclico de investigação-ação, iniciando pelo reconhecimento dos atores envolvidos no projeto, de forma participativa. Desta forma, após a realização de visitas ao assentamento Milton Santos e uma intensa interação com famílias assentadas, foi estruturado um roteiro para aplicação de entrevista semiestruturada com o objetivo de encontrar elementos que auxiliem na análise das relações de trabalho e do papel de mulheres engajadas em OCS.

Além da realização de entrevistas semiestruturadas, a metodologia de observação participante foi empregada em nossa pesquisa. Assim, nosso foco se dirigiu à OCS Terra Viva, formada atualmente por 7 mulheres e 2 homens. Para a realização deste artigo, exploramos os elementos obtidos em duas entrevistas, considerando notadamente a comercialização em circuitos curtos de cestas com produtos sazonais e via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Cada entrevista foi realizada individualmente na casa das assentadas, antes do horário do almoço e com duração de aproximadamente 30 minutos. Foram utilizados um caderno de registros e um gravador, para o caso de uma das entrevistadas que autorizou a gravação do diálogo.

Boni e Quaresma (2005) apresentam a entrevista como forma de captação de dados subjetivos. Neste tipo de entrevista, o objetivo consiste em “delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento

maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (BONI; QUARESMA, 2005).

Nesta perspectiva, o roteiro de entrevistas foi construído para dialogar sobre questões pertinentes ao objetivo da pesquisa, ou seja o papel da OCS Terra Viva para as mulheres assentadas. Nossa metodologia ainda integrou elementos de “história de vida” (HV) das assentadas, como forma de construir uma entrevista em profundidade considerando as vivências das assentadas. A HV é importante para questões que abordam tópicos sobre “ser mulher”. Com efeito, esta temática representa um tabu em nossa sociedade, o que não é diferente no assentamento. Nossa construção metodológica permitiu então que muitas vezes, durante a entrevista, aconteça “a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança”, tal como proposto por Boni e Quaresma (2005).

#### **ASSENTAMENTO MILTON SANTOS**

Implantado em 2005, o assentamento Milton Santos se situa em zona periurbana entre os municípios de Americana e Cosmópolis, no estado de São Paulo. Em 2012, passou a receber o apoio do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), cujos esforços se concentraram nos últimos anos na assessoria técnica para aprimorar o cultivo orgânico e para a formação e consolidação de Organizações de Controle Social (OCS). O referido núcleo é uma articulação de sete grupos universitários de pesquisa e extensão, criado em 2010, contando com apoio do CNPq e da USP para formação em agroecologia e apoio à transição agroecológica.

O assentamento Milton Santos nasce a partir da concepção de “Comuna da Terra”. Trata-se de uma proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com vistas a instalar famílias sem terra em regiões próximas a grandes centros urbanos. Esta perspectiva foi construída a partir da constatação que o perfil da população paulista é cada vez mais urbano. Assim, trata-se de oferecer atrativos para engajamento na luta por terra para famílias habitando em situação precária nas periferias urbanas, desejando manter uma proximidade com suas redes de relacionamento nas cidades.

As Comunas da Terra são então igualmente concebidas para ter acesso favorecido à infraestrutura produtiva, à assistência técnica e aos grandes centros consumidores. A produção agroecológica e a cooperação entre os assentados constituem pilares desta concepção de assentamentos, respondendo assim à demanda crescente por alimentos de qualidade

(SALIM, 2008).

No âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o assentamento se inscreve na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), concebida inicialmente para a Amazônia com a perspectiva de unir a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. No estado de São Paulo, esta modalidade PDS foi mobilizada, entre outras razões, para responder às reivindicações do movimento social em favor das Comunas da Terra.

Foi com a implantação desta modalidade de assentamento que o INCRA procurou atender à pressão social de famílias sem terra na região de Campinas. Assim, no final de 2005, um grupo de famílias foi assentado no sítio Boa Vista, parte de um vasto domínio territorial de cultivo de cana de açúcar pela Usina Esther. Em 2017, 68 famílias viviam em área de 103,45 hectares, dispondo cada uma de aproximadamente 1 hectare de terreno produtivo, o restante do assentamento é composto por áreas de preservação.

As dificuldades dos assentados são consideráveis, notadamente em termos de ausência de assistência técnica regular, de acesso muito limitado à água e de falta de estrutura de comercialização. A organização de ações coletivas constitui também uma dificuldade das famílias assentadas. O estabelecimento de uma área concentrada de horta, com canteiros de cerca de 200 m<sup>2</sup> por família, foi uma iniciativa coletiva bem sucedida, permitindo contornar parcialmente o limitado acesso aos recursos hídricos e a precariedade das estruturas de comercialização (GASPARI, 2016).

Na perspectiva de reforçar as ações coletivas locais e favorecer a transição agroecológica, os membros do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP dirigiram seus esforços no assentamento para a constituição de Organizações de Controle Social. Efetivamente, as OCS são a alternativa mais acessível de garantia legal de qualidade orgânica dos produtos dos assentados, comercializados diretamente a clientes diversos, desde consumidores individuais até instituições públicas ou assistenciais locais, além de ser um reconhecimento de produção orgânica que não demanda auditorias e investimentos dos agricultores. Como já explanado, a modalidade se baseia na confiança entre consumidor e produtor.

Esta proposta de formação de OCSs conheceu grande interesse e efetividade no assentamento, apesar das dificuldades de várias ordens encontradas para sua consolidação. Em aproximadamente três anos, três OCSs foram constituídas: *Recanto Produtos Orgânicos*, *Horta Coletiva* e *Terra Viva*. Como já mencionado, esta última, composta majoritariamente

por mulheres agricultoras assentadas, é focalizada em nossa pesquisa.

O planejamento produtivo, a sistematização de experiências agroecológicas, as possibilidades de comercialização e a discussão da autonomia das mulheres são temas importantes tratados neste grupo. Ademais, ocorrem mutirões para plantio e manejo nos lotes individuais das famílias implicadas.

De modo geral, práticas ecológicas são frequentemente desenvolvidas pela mulher, a partir da extensão das atividades domésticas à produção ligada à subsistência do núcleo familiar. Portanto, trata-se de meio de oferecer qualidade de vida para a família, ao mesmo tempo sendo capazes de assegurar uma produção mais respeitosa do meio ambiente.

No caso das OCS, a motivação para sua constituição esteve também associado a uma busca pelo alcance de maior independência financeira em relação a seus cônjuges. A propósito, esta perspectiva emerge em razão de trajetórias de vida marcadas por opressão e desigualdade, ocorridas tanto na esfera familiar quanto no exercício de suas atividades profissionais ao longo da vida. Neste quadro, o grupo fomenta um espaço de formação e de tomada de consciência acerca do protagonismo das mulheres na agricultura de base ecológica e na consolidação de canais solidários de comercialização e consumo responsável.

Considerando, como propõe Moruzzi Marques et al. (2016), que assentamentos PDS formados a partir da concepção de Comuna da Terra constituem iniciativas pertinentes para o desafio da sustentabilidade, apontando para novos desenhos das políticas de reforma agrária, a OCS Terra Viva se inscreve no quadro de reforço desta experiência para alcançar tal perspectiva sustentável.

Por outro lado, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representou o principal dispositivo de política pública que garantiu a comercialização do assentamento por muito tempo. Seu dispositivo Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (DS/PAA) ofereceu segurança para a comercialização dos produtos das famílias assentadas.

Apesar de muitos problemas locais, o programa serviu para estimular uma produção alimentar diversificada, fundada sobretudo, em hortaliças de ciclo curto. Entretanto, especialmente a partir de 2016, o DS/PAA passa a sofrer cortes profundos, deixando de ser uma âncora sólida para o assentamento. Nos dias atuais, poucas das assentadas pertencentes a OCS Terra Viva mantém um contrato no âmbito do PAA com término previsto

para o final de 2018.

Com o processo de desmanche do PAA, o caminho traçado sob liderança das mulheres da OCS Terra Viva foi a criação de redes de consumo solidário baseadas em princípios do referencial de circuitos curtos de proximidade nas cidades de Americana, Paulínia e Piracicaba.

A criação de uma Cooperativa, em 2015, a Cooperflora, esteve na base de tal iniciativa, que consiste em fornecimento direto de cestas de alimentos, preferencialmente orgânicos, para grupos de consumo na região. A maioria das mulheres que integram a OCS Terra Viva, também integram o Cooperflora, com a exceção de algumas mulheres que estão reestruturando a produção ou que atendem ao PAA.

Tais cestas passaram a ser comercializadas no ano de 2016, são fornecidas semanalmente, com produtos escolhidos em função da sazonalidade agrícola e dos cultivos dos agricultores. No final do primeiro semestre de 2017, a Cooperativa fornecia aproximadamente 50 cestas por semana para dois grupos distintos de consumidores da cidade de Americana e Paulínia. A referida cesta de produtos sazonais, cultivados pelos próprios agricultores, é composta por 5 a 7 produtos frescos distintos. Além deste conjunto, é introduzido um alimento processado, chamado pelas agricultoras de “produto especial”, podendo ser um pão, bolo, molho de pimenta ou similar.

Integrados às atividades do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP, dois grupos de extensão – Comercialização Justa e Cultura Alimentar (CAJAN) e Territorialidades Rurais e Reforma Agrária (*TERRA*) – iniciaram, durante o segundo semestre de 2017, um projeto de criação de um grupo de consumo solidário na universidade.

A proposta inicial se estruturou com vistas a atender, quinzenalmente, a comunidade interna e externa da ESALQ/USP, em Piracicaba/SP, com cestas de alimentos providas principalmente do assentamento Milton Santos. Paralelamente, a intenção foi associar à distribuição de cestas a promoção de reflexões acerca da produção agroecológica, circuitos curtos de proximidade e políticas públicas. Com efeito, trata-se de ações com grande simbolismo em razão desta escola representar uma das principais referências no ensino agrônomo brasileiro, fundado no paradigma modernizador da agricultura.

No princípio do projeto, eram entregues quinzenalmente cerca de 15 cestas. Com o avançar da experiência, graças à melhora na divulgação, por mídias sociais e pelos próprios consumidores, os pedidos conheceram um importante crescimento, chegando a mais de 40 durante o primeiro semestre de 2018. Além da ampliação deste grupo em Piracicaba, houve

também o crescimento dos outros grupos de consumo, com a entrega de cerca de 20 cestas semanais nas cidades de Americana e Paulínia, bem como a construção de um novo grupo em Campinas, que absorve cerca de 30 cestas alimentares semanais.

A participação nas reuniões da Cooperflora, que ocorrem semanalmente para a organização do suprimento dos pedidos, permitiu observar que as mulheres emergem da esfera privada para a esfera pública, conquistando certa autonomia financeira e produtiva, o que representa um avanço em relação ao seu passado. Os processos mais recentes contribuem ainda mais com uma construção de meios para a ruptura com a ideologia patriarcal. Com efeito, as mulheres são em grande medida responsáveis por decidir sobre os alimentos produzidos, a colheita e a gestão dos recursos obtidos.

#### AS MULHERES DA OCS TERRA VIVA

A vivência no assentamento Milton Santos possibilitou observar elementos que permitem refletir sobre a construção histórica da relação entre o trabalho e a mulher. Para tratar deste tema, nossa análise mobiliza as histórias de vida de nossas interlocutores, as características da produção nos lotes, os dispositivos de políticas públicas acessados pelas assentadas, a construção da OCS Terra Viva, as iniciativas agroecológicas e as concepções do “ser mulher” no assentamento.

A OCS Terra Viva foi implantadas nos “lotes da frente”, tal como definem as agricultoras para se referir às terras de um conjunto de famílias que se situam nas proximidades da entrada principal do assentamento. As reuniões para tratar de pontos específicos da OCS ocorrem esporadicamente, conforme as normas deste dispositivo.

Estas mulheres participam de outros grupos, tal como a “Horta Coletiva”, mencionada anteriormente, tratando sobretudo da gestão do espaço. Todas as entrevistadas participam igualmente de um terceiro espaço de reunião, aquele que aborda questões pertinentes a todos os assentados.

Nossas entrevistadas compõem grupos distintos de comercialização: a primeira está ligada à distribuição de cestas em circuitos curtos de comercialização, via Cooperflora, e a segunda comercializa seus produtos sobretudo via PAA. Seus depoimentos são indicados por “A1” e “A2”, respectivamente.

Quanto às diferenças de participação entre homens e mulheres na reuniões, as entrevistadas afirmam que, nos espaços formais de discussão,

como nas reuniões, há equilíbrio, salientado assim: “não, não, todo mundo fala igual” (A1). Nestes espaços, a relação de respeito durante as falas das mulheres, é destacada: “trata sim, eles respeitam, pelo menos os que são da gente, que a gente faz reunião, eles tratam. A gente está falando, eles respeitam. Cada um pode falar, tem sua hora de falar e é respeitado” (A2).

Podemos considerar que a orientação do MST no sentido de favorecer a participação feminina contribui para tal situação. A propósito, desde o 1º Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foi aprovada a organização de comissões de mulheres no movimento para discutir problemas específicos, com o estímulo à participação das mulheres em todas as frentes de atuação e instâncias de poder. Desta forma, é preconizado o combate a toda a forma de discriminação das mulheres e contra o machismo, direcionados pelo “Setor de Gênero” (MALFORT, 2014).

De toda evidência, a igualdade de tratamento e o respeito às mulheres ocorrem em todas as reuniões, sejam da OCS Terra Viva, Horta Coletiva ou gerais tratando de problemas do assentamento. Ainda assim, no caso das reuniões da OCS Terra Viva, nossa entrevistada considera que “eu acho que é uma reunião boa, porque tem mais mulher, a gente gosta sempre de palpitar e as vezes fazer as coisas até mais certas que o homem. É bom” (A2). De fato, esta entrevistada considera que:

“Pra gente aqui eles respeitam mais, a gente é comunidade né, todo mundo se conhece, todo mundo tem amizade grande. Tem treze anos que a gente convive junto, então a gente se trata como se fosse tipo uma família, tudo que acontece a gente tá sempre junto discutindo, então a gente é tipo uma família” (A2)

As reuniões da Horta Coletiva, embora ocorram com menor periodicidade, representam um espaço de debate sobre a gestão coletiva do espaço, quando afloram divergências importantes, como sugere nossa entrevistada,

“Lá a gente discute tudo, mais só que cumprir mesmo é muito pouco, a gente discute sobre galinha, sobre cachorro, sobre gato, sobre a horta que nunca cercou e tinha que cercar, tinha uma cerca viva lá que nós começou, aí você começa e um vai e outro não faz” (A1).

Neste ponto, convém salientar que as relações fora do espaço de reunião parecem ser menos igualitárias, considerando elementos de análise obtidos

porque pra bater o canteiro, o bicho é pesado. E o homem parece que tem mais força pra fazer o canteiro, sobre o canteiro pra fazer, o homem ganha mais” (A1).

Com efeito, as interpretações de Rua e Abramovay sobre este ponto nos parece bem fundadas: “[...] a diferença se dá na constituição física, em especial na resistência e na força, que pode dar origem a distinções nas atividades femininas e masculinas” (2000, p. 169). O problema aqui é de uma naturalização destas diferenças para legitimar a dominação da mulher pelo homem. Numa perspectiva distinta, nossa interlocutora abordando os cuidados durante o processo produtivo, propõe que:

“A mulher tem mais delicadeza pra fazer, não é porque eu sou mulher não! Pra cuidar mais das plantas”. “Ah porque parece que o homem quer ter tudo dele quer que seja muito rápido né e a mulher já vai mais devagar entende, e a mulher o que ela faz, se ela quiser fazer bem feito, ela faz bem feito [...]” (A?).

Interessante destacar que nos discursos das entrevistadas não foram perceptíveis a divisão de trabalho, destacada por Melo (2000), segundo a qual os homens participam da esfera pública, representada pelo trabalho na cidade, enquanto as mulheres permaneceram na esfera privada, relacionada com todas as atividades do lote.

Com efeito, nos casos em estudos ocorre, como destacado por Rua e Abramovay (2000), uma ruptura com o paradigma da centralização do recurso financeiro nas mãos do homem. Observa-se portanto a autonomia das mulheres na gestão dos valores referentes ao cultivo, o que é um importante indicador de protagonismo econômico destas mulheres. Porém, ambas entrevistadas revelam que, quando em vida, seus companheiros eram quem determinava como a renda da família seria investida na casa e na roça, mesmo não participando ativamente da produção.

Outro aspecto relevante se refere à organização coletiva no assentamento Milton Santos. Se, nos primeiros anos, havia muita união, o distanciamento entre os assentados se torna cada vez mais pronunciado com o passar do tempo. Esta “desunião”, como mencionada pelas entrevistadas, passa a crescer na medida em que os lotes foram demarcados e cada assentado dirige sua atenção à consolidação produtiva do lote.

A propósito, a entrevistada A2 lembra que, nos anos iniciais de

em nossa pesquisa. A entrevistada (A1), com muita timidez, sugere “ah é muita dificuldade”. De fato, seu depoimento revela marcas profundas do patriarcado presentes nas relações locais, como em solicitações de troca de favores entre trabalho braçal do homem e “companhia” das mulheres.

Portanto, há o sentimento de que “o homem continua sendo machista do mesmo jeito, não mudou nada não.” Apesar deste mal-estar, nossa interlocutora estima que houve mudanças no “ser mulher”, considerando a sua infância e família:

“Olha, eu creio que tá sendo mais fácil agora, agora tá sendo mais fácil...” Ah porque hoje a mulher tem o direito - antigamente a mulher não tinha o direito de falar - e hoje a mulher pode falar o que ela quiser.”

No que se refere ao trabalho cotidiano feminino, sua rotina é de esforço do início da manhã até o fim da tarde, com cuidados com a horta e com o lote. Próximo ao meio dia, as assentadas dirigem suas atividades ao cuidado da casa, preparo de alimentos e outras atividades não ligadas ao cultivo, como a costura, por exemplo.

Neste sentido, Aro e Ferrantes (2013) são enfáticas ao destacar que, para a mulher rural, não se distinguem as atividades relacionadas à casa, à produção e ao consumo próprio. Todas atividades estão relacionadas, pois os alimentos destinados à comercialização também são aqueles destinados ao consumo doméstico, por exemplo, o que favorece a naturalização da dupla jornada de trabalho no cotidiano da mulher.

Considerando a divisão de trabalho, as entrevistadas explicam que sempre trabalharam sozinhas, ambas sendo viúvas. Porém, lembram que, no passado, os companheiros trabalhavam na cidade, enquanto elas cuidavam da casa e da roça. Desta forma, tendo como parâmetro as atividades realizadas em mutirões, exprimem que, durante o processo de implantação da cultura, o homem predomina por sua força de trabalho e a mulher na manutenção do espaço, como sugerido abaixo:

“Olha eu... eu não sei, eu acho que o homem parece que tem mais garra, mas a mulher produz mais do que o homem. A vantagem do homem é que ele faz o canteiro dele mais bem feito, ele pode aprofundar o canteiro bem mais [...]. Mais força né, a diferença eu acho assim, entre mulher e homem é a força, pra fazer o canteiro,

acampamento e consolidação do assentamento, o cultivo ocorria coletivamente e a produção era destinada ao auto-consumo: “o primeiro ano a gente trabalhava junto, era tudo mundo junto” (A2).

Outro depoimento importante sobre os anos iniciais do acampamento até a implantação do PDS Milton Santos se refere ao desenvolvimento do cultivo orgânico:

“A gente lembra do começo que a gente começou a mexer na horta, já era orgânico. O povo já comentava que não era pra usar nada. Palestra a gente teve várias também né, sempre vinha estudante e gente de vários lugares fazer”(A2).

Esta perspectiva se reflete na diversidade produtiva. Uma de nossas entrevistadas salienta as múltiplas culturas que ocorrem no lote, variando de forma sazonal:

“A lá na horta, de folha eu planto todas as folhas que tem, aí eu planto berinjela, eu planto tomatinho cerejeira, que eu gosto de plantar né. E repolho, num dá muito bem, o repolho, mas eu planto. Couve, alface, essas coisas de folha eu planto tudo, cenoura, beterraba também dá bem [...]” (A1).

Esta interlocutora explica ter relação com o campo desde a infância, a partir das culturas de subsistência produzidas pela família. Dessa forma, no cultivo da horta coletiva e no lote, integrou nitidamente uma perspectiva agroecológica, valorizando o saber tradicional diretamente ligado à história de sua vida, o que é evidenciado em sua diversificação produtiva e em sua adubação:

“E a gente plantava só orgânico, a gente não jogava veneno igual esse povo joga. Tomate, o pessoal fala que o tomate não dá sem veneno, lá [moradia anterior ao assentamento] a gente planta sem veneno e aqui também, cheguei aqui e nunca joguei [...]. Sempre deu, sempre deu, às vezes da aqueles bichinhos assim, mas como a gente faz!? Deixa, elas também têm direito de comer né, mas dá para aproveitar sem jogar (veneno) nada” (A1).

A não aplicação de agrotóxicos constitui o principal indicador de produção agroecológica na interpretação da entrevistada. Suas práticas

abrangem também cultivos de múltiplas espécies e variedades, a adubação com cama de frango e o reconhecimento que os insetos podem ser úteis para a produção agroecológica.

É fato que a construção do assentamento ocorreu por famílias que vieram de zonas periféricas de cidades próximas. Desta forma, muitos agricultores não possuem saberes tradicionais dos cultivos agrícolas. Daí, a importância do suporte técnico das universidades e centros de pesquisa na difusão da agroecologia, tal como aquele oferecido pelo Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP, que realiza diversas vivências e oficinas, buscando fomentar saberes agroecológicos entre os assentados.

Quanto à atividade de comercialização, antes do apoio do PAA ou da existência da distribuição de cestas de alimentos, a situação era muito precária: “olha eu plantava pouco e vendia na carriola, as vezes eu enchia essa sacola de plástico e punha e levava na cidade e vendia, ia de ônibus, e vendia, era bom para vender lá na cidade” (A1).

Com a existência do PAA, houve melhora sensível para o conjunto dos assentados. Porém, não existe aqui relação de proximidade entre a produtora e os consumidores, como sugere uma de nossas interlocutoras: “olha na CONAB a gente não escolhe, não é marcado, a gente entrega o que tiver na horta. Se tiver alface, couve, o que tiver você pode fazer, tirar e encaixar e entregar” (A2). Outro problema do PAA se refere à “cota anual”, cujo atendimento representa interrupção deste meio de escoamento da produção.

Já no caso da comercialização das cestas, encomendadas previamente pelos grupos de consumidores, o cuidado é muito maior:

“Primeiro a cesta, a cesta em primeiro lugar, porque a cesta... apesar que agora pra entregar agora, se não for tudo bem organizadinho e bem limpinho - tem que ser tudo arrumadinho - porque se não for também eu acho que não vale a pena levar igual antigamente levava. Ah antigamente você mandava tudo sujo, a pessoa não tinha capricho, e agora a gente fez uma reunião aí e gente ‘Vamos agora mandar tudo bonitinho’. Ah sabe que eu prefiro com mais qualidade do que [...] Com mais amor... porque mesmo que você manda pouco, mas você manda com amor... aquilo que você tá mandando, você sabe que tá mandando uma coisa boa pra pessoa comer, porque é lógico que a pessoa vai comer aquilo, as verduras.” (A1).

Este discurso valoriza muito a construção de laços entre produtora e consumidores. Com efeito, sua visão revela a forma como a mulher, atuando em atividade predominantemente masculina,

extende seus cuidados com sua família para a produção destinada à comercialização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se alimenta dos primeiros elementos de análise obtidos na pesquisa de mestrado intitulada “Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: estudo de uma Organização de Controle Social (OCS) no assentamento Milton Santos na região de Americana/SP” em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Interunidade em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo. O presente trabalho vem sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

A investigação visa responder a seguinte questão: em que medida o amparo da OCS é efetivo para romper com o paradigma social e histórico do patriarcado, favorecendo um protagonismo feminino?

Nossa interpretação preliminar, é que a OCS Terra Viva, focalizada neste artigo, reforça espaços de atuação de mulheres do assentamento. Desta forma, sua participação em múltiplos espaços de discussão e deliberação no assentamento ganha ainda maior densidade, com o incremento inclusive da presença feminina em organizações locais, como a Horta Coletiva e a Cooperflora.

Assim, a OCS em estudo ampliou sua função inicial e ofereceu a este grupo feminino uma alavanca para seu maior protagonismo.

Por outro lado, quando se olha para as relações para além daquelas construídas pela OCS, as marcas do machismo são profundas, principalmente nas relações informais entre homens e mulheres. Trata-se então de discutir notadamente até que ponto a ascensão nos espaços graças à OCS possa quebrar preconceitos. Se nas reuniões todos participam de forma igualitária, seguindo orientações do MST contra qualquer discriminação, fora destes espaços as mulheres podem sofrer violências de gênero.

Seja como for, é importante destacar que a OCS Terra Viva é vista pelas mulheres como um meio consistente de organização e de reforço da ação feminina no assentamento. A propósito, nossas interlocutoras manifestaram a intenção de avançar no sistema participativo de garantia orgânica (SPG) com a constituição de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), o que exige ainda mais organização.

Neste quadro, os valores ligados à produção agroecológica se propagam entre as assentadas, repercutindo em todo assentamento. As diretrizes do MST e o apoio de grupos universitários desempenham papel muito

importante neste processo.

A comercialização em circuitos curtos de cestas de alimentos favorece igualmente o olhar favorável para a agroecologia. Este sistema de venda direta com maior aproximação entre produtor e consumidor leva a um maior cuidado com a produção e comercialização. Efetivamente, as mulheres tendem a protagonizar as ações neste âmbito, tal como sugerido por uma de nossas entrevistadas, para a qual a mulher tem maior carinho pelo trabalho, enquanto o homem busca lucros e retornos financeiros da produção.

Em suma, se o peso histórico da invisibilidade feminina em todas as esferas da vida social é grande, constituindo uma barreira considerável para o protagonismo feminista, a transição agroecológica, legitimada em grande medida pela implantação de OCS, tem se constituído como uma via consistente para a transformação do papel das mulheres nos processos de tomada de decisão no nível familiar e comunitário. Com efeito, o dispositivo em questão oferece formas em boa medida inesperadas de fomento da organização coletiva, em particular das mulheres, resultando na revitalização das ações em grupo no assentamento.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. DE O.; SANTOS, A. L. DE S. DOS; AZEVEDO, R. M. M. C. DE. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 19–27, 2012.

ARO, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B. Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, SP: Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), 2013. v. 16p. 199–226.

BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 3, p. 68–80, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 dez. 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 8, 2003.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 2, 2007.

BRASIL, M. DAA. P. E A. **Controle Social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, 2008.

CARNEIRO, M. J. **Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo**. In: [s.l.] ANPOCS, 1981. p. 23.

EMATER, E. DE ATER. **Cadastramento de Organização de Controle Social**. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/cadastramento-de-organizacao-de-controle-social/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

GASPARI, L. C. DE. **Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos: o lugar da agricultura nas estratégias familiares**. 2016.

MALFORT, K. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento.html>>. Acesso em: 26 set. 2018.

MARONHAS, M.; SCHOTTZ, V.; CARDOSO, E. **Agroecologia, Trabalho e Mulheres: Um olhar a partir da Economia Feminista** Recife, Redor - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero, 2014.

MELO, L. A. DE. Gênero: da omissão à invisibilidade. **XII Encontro Nacional da ABEP**, 2000.

\_\_\_\_\_. **Relações de gênero na agricultura familiares: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira – PE**. Recife: 2003.

MOREIRA, R. M. et al. **Organização de controle social: projeto de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros para ampliação do número de agricultores no cadastro nacional de produtores orgânico**. Pouso Alegre - MG: [s.n.]. Disponível em: <[www.ifsuldeminas.edu.br](http://www.ifsuldeminas.edu.br)>. Acesso em: 29 out. 2018.

MORUZZI MARQUES, P. E. et al. Justificações em torno de assentamento periurbano da modalidade Projetos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo: Uma justiça ecológica em questão. In: **Retratos de assentamentos**. [s.l: s.n.]. v. 19.

RUA, M. DAS G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou coordenadoras de panela? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SALIM, A. **Pré-assentamento comuna da terra Milton Santos: História de vida, história de luta** Araraquara, SP. Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedo), 2008. Disponível em: <[http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2008/Trabalhos/Artigos/sessão\\_5/Microsoft Word - 17\\_Aline\\_Salim.pdf](http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2008/Trabalhos/Artigos/sessão_5/Microsoft Word - 17_Aline_Salim.pdf)>

## NARRATIVAS DA TRANSIÇÃO: A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE ARROZ NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

*André Bogni<sup>1</sup>  
Alberto Bracagioli<sup>2</sup>*

**RESUMO:** A região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) constitui um dos mais expressivos aglomerados urbanos do Brasil, englobando 34 municípios e cerca de 4 milhões de pessoas. Apesar da urbanização acelerada, a região conta com diversos municípios com expressiva produção agrícola, além da presença significativa de dezessete assentamentos da reforma agrária, os quais somam 1322 famílias. A produção de arroz é destaque, principalmente nos assentamentos de Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Guaíba, Charqueadas e Viamão, onde a opção por sistemas de produção sustentável levou à adoção de uma produção de base ecológica, ou mais especificamente a produção orgânica, que já concentra 501 famílias e 5.513 hectares. As narrativas encontradas nos assentamentos que, em determinado momento, optaram por alterar a sua matriz produtiva para estilos de desenvolvimento rural alinhados com a agroecologia e métodos sustentáveis de produção, fortalecem um contexto mais amplo de transição. Sendo assim, o presente trabalho se propõe a socializar algumas das experiências vivenciadas pelos assentamentos da RMPA, fortalecendo a base científica que dá corpo à agroecologia e ao desenvolvimento rural e auxiliando na difusão de modelos alternativos de produção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos da reforma agrária; Agroecologia; Arroz orgânico; Transição agroecológica.

<sup>1</sup>Graduado em Engenharia Ambiental (EESC/USP), Mestrando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).E-mail: [andrebog@hotmail.com](mailto:andrebog@hotmail.com)

<sup>2</sup>Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).E-mail: [abracagioli@gmail.com](mailto:abracagioli@gmail.com)